

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: António Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXXV • Dez 2025 / Janeiro e Fevereiro 2026 • Nº 131

Celebrar o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” é...



...Honrar o Passado, Agir no Presente, Preparar o Futuro!

***51 Anos
do CSA***

Pág. 3

***A Saga
dos FUR/DFA's***

Pág. 11

***Da Retórica
à Realidade***

Pág. 12



EDITORIAL



Terminado 2025, entrámos neste novo ano com inúmeras tarefas para realizar e muitas expectativas quanto ao nosso futuro particular e colectivo.

Um clima de campanha eleitoral para a eleição do mais alto magistrado da Nação, extremou discursos, dividiu opiniões, mas, sobretudo, desviou atenções de questões fundamentais para os militares em geral, e para os Sargentos em particular, como, por exemplo, as questões ligadas à saúde, ao regime remuneratório e particularmente, o secretismo em torno das alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Neste ambiente, partiu-se para a organização e promoção das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” celebrando a coragem, a consciência cívica e o sentido de responsabilidade daqueles que, há 135 anos, na cidade do Porto, ousaram levantar-se contra a humilhação nacional imposta pelo ultimato britânico, contra a injustiça social e contra um regime que já não respondia às aspirações do povo nem à dignidade dos que serviam Portugal.

Evocar esta data não é um mero exercício de memória distante, mas um acto de responsabilidade, exercido desde há 48 anos, quando os Sargentos decidiram honrar os vencidos da Revolta do Porto e passar a evocar esse dia como o Dia Nacional do Sargento. O “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” foi conquistado pelos Sargentos, é dos Sargentos e a ANS afirmou-se, desde 1989, como a força activa na sua promoção!

Em 28 de Julho de 1888, um Domingo, saiu para as ruas o primeiro exemplar do jornal “O Sargento”, que tinha como subtítulo “Semanaário dedicado aos Sargentos e Músicos do Exército”. Este jornal foi uma voz activa e mobilizadora para a Revolta do Porto. Após a derrota, foi proibido e encerrado! No centenário da Revolta, em 1991, a ANS decidiu registar e adquirir o direito do título deste jornal e, desde então, nestes trinta e cinco anos da sua nova vida, “O Sargento” tem sido o órgão oficial desta estrutura representativa dos Sargentos, revelando-se, de novo, uma voz activa e mobilizadora na defesa dos Sargentos.

Encerrado a acto eleitoral (em duas voltas, como já há 40 anos não acontecia), está eleito aquele que é, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme o artigo 120º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

A meio de todos estes processos, o nosso País foi assolado por situações catastróficas que levaram à mobilização de milhares de militares em operações, durante cerca de três semanas, no apoio às populações, à luz do nº 6 do artigo 275º da CRP.

Menos de uma semana depois do encerramento destas operações, e num tempo em que se invoca a necessidade de reforço da Defesa Nacional e a importância estratégica das Forças Armadas, uma maioria de deputados optou por manter um regime de cálculo das pensões de reforma para os militares que fragiliza a confiança no futuro de quem está sempre pronto a servir a Pátria e o seu povo!

Continuamos no respeito pela Condição Militar a cumprir os deveres que essa condição define, mas, por parte do poder político, não há qualquer hesitação em esbulhar mais uma fatia do previsto no respeitante aos especiais direitos e regalias!

É neste quadro que a recente decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais assume particular relevância. Ao condenar Portugal por não garantir às Associações Profissionais de Militares o direito à negociação colectiva e à representação jurídica, este Comité veio confirmar que faltam instrumentos eficazes de diálogo e defesa dos direitos dos militares, e os que existem não são cumpridos pelas tutelas!

Perante uma realidade cada vez mais exigente para os militares, devem ser assegurados, pelo Estado, mecanismos justos, equilibrados e eficazes de representação e negociação, a que a CRP não se opõe, antes pelo contrário!

Quando estamos prestes a assinalar os cinquenta anos da sua promulgação, defender a Constituição da República Portuguesa é uma obrigação a que, por juramento, estamos sujeitos. Promover os valores nela inscritos é uma necessidade cada vez mais premente na salvaguarda da democracia e da liberdade, que também temos a missão de defender!

8 de Março - Dia Internacional da Mulher

Assinalar o dia 8 de Março como o “Dia Internacional da Mulher” é reconhecer a luta travada pela Mulher no sentido da defesa e conquista dos seus direitos de igualdade.

*“A mulher não é só casa
mulher-loiça, mulher – cama
ela é também mulher-asa,
mulher-força, mulher-chama
E é preciso dizer
dessa antiga condição
a mulher soube trazer
a cabeça e o coração
Trouxe a fábrica ao seu lar
e ordenado à cozinha
e impôs a trabalhar
a razão que sempre tinha*

*Trabalho não só de parto
mas também de construção
para um filho crescer farto
para um filho crescer são
A posse vai-se acabar
no tempo da liberdade
o que importa é saber estar
juntos em pé de igualdade
Desde que as coisas se tornem
naquilo que a gente quer
é igual dizer meu homem
ou dizer minha mulher.”*

José Carlos Ary dos Santos



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA



Nos termos da alínea a) do Artigo 9º, e dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos, convoco os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Leopoldo de Almeida, 5 B, Lumiar, em Lisboa, no dia 31 de Março de 2025, Segunda-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), com o objectivo seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do Ano de 2024;
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o Ano de 2025.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 2 de Março de 2026

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão



ANS na Assembleia da República

Revisão do Complemento de Pensão dos Militares

A ANS esteve presente, enquanto convidada pelo Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, no passado 26 de Fevereiro de 2026, para assistir à reunião Plenária em que foram discutidas as iniciativas legislativas Projecto de Lei (PL) nº 287/XVII/1ª (PCP) – **Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, corrigindo injustiças no cálculo das respectivas pensões de reforma (1ª alteração ao Decreto-Lei nº 3/2017, de 6 de Janeiro)** e, por arrasto, o PL nº 419/XVII/1ª (CH).

Tratando-se de matéria de elevado in-

teresse para os militares, a delegação da Associação foi composta por representantes dos três Órgãos Sociais e do jornal "O Sargento" (João Mata, José Pereira, André Coelho, Luís Bugalhão, Vitor Marques Alves, José Galvão e António Lima Coelho).

O PL nº 287/XVII/1ª, já no dia 27 de Fevereiro, foi reprovado, com os votos contra do PSD, IL e CDS-PP, a abstenção do PS, e os votos a favor dos restantes partidos.

A ANS emitiu o Comunicado nº 1/2026, 'Mas que belo obrigado!' sobre mais este ultraje aos Militares e às suas famílias.



51º Aniversário do Clube do Sargento da Armada



O Clube do Sargento da Armada (CSA) celebrou o seu 51º Aniversário no passado dia 22 de Fevereiro de 2026, com uma sessão solene realizada na sua sede social em Alfama, Lisboa.

A ANS teve o privilégio de ser convidada a estar presente, sendo a representação assumida pelo Vice-presidente da Direcção, Rogério Graça, que teve a oportunidade de felicitar os dirigentes e sócios do CSA pelo exemplo de longevidade, dedicação e empenho na condução dos destinos do clube.

Nesta comemoração, foram entregues diplomas aos sócios que completaram 50 anos e 25 anos de associado, assim como emblemas de ouro e prata, respectivamente, a quem saudamos pelo seu empenho e apoio ao Clube do Sargento da Armada.

De realçar que nas diversas intervenções efectuadas

pelos convidados e associados que usaram da palavra, foram proferidos sentidos elogios e palavras de reconhecimento ao camarada Manuel Custódio pelo seu percurso como dirigente e dinamizador da actividade associativa, sempre em prol dos Sargentos e da sua obra, quer no âmbito do CSA, quer também no âmbito da ANS. Foi também homenageado o nosso camarada David' Pereira, antigo dirigente da ANS e figura de destaque no movimento associativo militar, bem como no movimento associativo popular. Estes dois ilustres dirigentes receberam o diploma e emblema de ouro pelos 50 anos de fidelização ao CSA, facto que muita satisfação e agrado representa também para a ANS.

A ANS deseja que esta data continue a ser celebrada, durante muitos anos, e que o CSA continue a ser umas das obras maiores dos Sargentos, com forte participação dos seus associados, dirigentes e amigos.



Rogério Graça
Vice-presidente da Direcção

26 anos ao Serviço

das Praças das FFAA de Portugal

A AP - Associação de Praças existe há 26 anos, completados no passado dia 24 de Fevereiro de 2026. Fundada nesse dia em 2000, como Associação de Praças da Armada.

Foram 26 anos de luta contra mentalidades retrógradadas, mas também 26 anos de intervenção activa por melhores condições socioprofissionais das Praças das Forças Armadas e suas famílias, estendidas em 2009 aos Ramos do Exército e da Força Aérea.

Nunca mais as coisas ficaram como dantes nesta categoria. A AP é hoje um parceiro reconhecido pela sua



competência e legitimidade representativa de classe, e a sua actividade, com avanços e recuos, tem trazido conquistas para a dignificação dos Soldados e Marinheiros portugueses.

A ANS, companheira do seu caminho desde o início, solidariza-se e felicita a AP pelo seu nobre percurso, pelo seu aniversário, e deseja os maiores sucessos para o futuro, numa altura em que, conjuntamente com as outras APM, a luta pela negociação colectiva e pela representação jurídica dos seus associados está na ordem do dia.



ECONOMIA DE DEFESA versus ECONOMIA ARMAMENTISTA



ANTÓNIO BERNARDO COLAÇO
JUIZ-CONSELHEIRO DO STJ (JUBILADO)

Em Dezembro do ano passado o Sr. Ministro de Defesa anunciou algo orgulhosamente um “investimento histórico” de 5,8 mil milhões, decorrentes de empréstimo europeu - Programa SAFE (Security Action for Europe) para a modernização das nossas Forças Armadas (FA). Tal projecto envolve a aquisição de três fragatas, fabrico de munições, de blindados, de satélites e drones. Para o membro do governo, foi tido em conta, o retorno para a economia e o envolvimento da indústria nacional, nomeadamente o investimento em equipamento, infraestruturas e formação do pessoal do Alfeite para a manutenção das fragatas. É caso para se dizer que, atenta à envergadura do investimento, aqui se fala apenas ‘do óbvio’, ou seja, do apetrechamento instrumental das Forças Armadas no plano militar, sem se equacionar, o di-

mensionamento e o ‘quantum’ do benefício para o factor humano que as compõem.

Não há Forças Armadas sem um corpo de militares. Este, embora integrando-as não se confunde com a sua moldura. No entanto, a estrutura militar configurada como um todo, evidencia uma instituição “a se”, onde o estrato humano assente numa hierarquia e unidade de comando, complementado pelo porte de arma, agiliza toda este complexo na defesa dos valores para que se destina nos termos da Constituição da República. Sem pôr em causa as virtualidades da Inteligência Artificial, é caso para se dizer que não há armamento que funcione sem o militar.

Deste estrato humano, dos seus problemas e anseios, têm as Associações Profissionais de Militares (APM) dado eco e conhecimento, suscitando entre outras, questões como a necessidade de: -potenciar um diálogo regular e programado por parte do órgão de tutela; - avaliar e estimular a apetência pela carreira militar; - materializar um regime remunerativo base, actualizado em conformidade com a inflação e custo de vida; - desencadear uma urgente solução habitacional para os militares e suas famílias; - condicionar o excesso de carga laboral susceptível de ‘stress’ e ‘burnout’, quando não economicamente compensada; - solucionar as carências de assistência na doença, decorrente de uma acção social complementar incapaz de responder às necessidades imediatas

dos militares e seus agregados familiares; - propulsionar uma profissionalização caracterizada por uma formação contínua e especializada; - levar a cabo alterações legislativas adequadas nomeadamente no Regulamento de Disciplina Militar, Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, em matéria de progressão das Carreiras, das deslocções e transferências; - adequar solução à situação dos Deficientes das Forças Armadas e inerente actualização nas compensações devidas, correspondente ao posto. Estes são alguns aspectos do vasto complexo de carências em causa.

Neste ponto, é importante lembrar que as FA integrando crescentemente a administração directa do Estado democrático, empenhando-se em tarefas que a Constituição lhes atribui, os militares aproximam-se cada vez mais dos alicerces em que a sociedade civil assenta, com os seus problemas e anseios, progressivamente mais conscientes da sua integração no tecido social, encorpando as contingências que a sua condição - *a condição militar* - essa, que por isso mesmo, assume a natureza de uma autêntica questão nacional. Se até agora o Estado é omissos quanto ao seu reconhecimento, é fundamental que o faça quanto antes e sem subterfúgios.

O compromisso histórico anunciado pelo Ministro da Defesa visando a modernização das Forças Armadas não menciona

a forma de resolver este naipe de preocupações manifestadas pelos organismos representativos dos militares portugueses. É certo que a satisfação deste conjunto reivindicativo, reflectindo o espectro mais amplo da carestia de vida em geral, implica gastos financeiros, mas é precisamente neste ponto que uma economia de defesa se distingue de uma economia armamentista, sendo que esta, só por si e isoladamente configurada, nunca é de molde a satisfazer os interesses gerais de um país.

Enquanto uma tal postura se mantiver inalterada, a posição oficial ora assumida, dado o seu ‘timing’, corre o risco de ser confundida com o posicionamento alardeado pelo Secretário-Geral da NATO - Mark Rutte, para quem “*se quisermos segurança para os nossos filhos e netos devemos adoptar uma mentalidade de guerra*”, “*fazer sacrifícios envolvendo cortes nas pensões, abdicando dos sistemas de saúde e de segurança social*” e “*instruir os bancos e fundos pensionistas para investir na indústria de defesa*” - (<defesa>, entenda-se <guerra>). Isto, em pleno séc. XXI. Para que assim não seja entendido, torna-se mister que toda a atenção seja tributada à *componente humana* das Forças Armadas na satisfação das suas aspirações, de natureza profissional, remuneratória, familiar, social e cultural.

António Bernardo Colaço
Lisboa, 08.01.2026

A Música e a Disciplina das Armas



A música acompanha a Humanidade desde os seus primórdios. Não é apenas arte ou entretenimento; é ordem, disciplina, emoção e comunhão. É ritmo que organiza o caos, melodia que dá voz ao indizível e harmonia que une corações dispersos. No fundo, a música traduz em sons aquilo que a vida exige em silêncio: compasso, proporção, rigor.

Tal como a música, também a instituição militar é mais do que aquilo que parece à primeira vista. Para o observador externo, os militares podem parecer apenas máquinas de disciplina, uniformes e hierarquias. Mas quem conhece por dentro sabe que, como numa orquestra, cada peça tem de soar no momento certo, com intensidade equilibrada, em sintonia com o todo.

Uma orquestra sem maestro, é ruído. Um exército sem liderança clara, é desordem. Uma banda militar, quando marcha, não é apenas espectáculo: é metáfora viva da coesão necessária para que as Forças Armadas cumpram a sua missão. O tambor marca o passo, a cor-

neta dá o sinal, a harmonia dos instrumentos mantém o conjunto unido. Sem ritmo, a marcha perde-se; sem disciplina, a unidade desfaz-se.

A música militar não serve apenas para enfeitar cerimónias. É veículo de identidade, memória e motivação. Uma marcha pode incutir coragem onde há medo, ordem onde há dispersão, esperança onde há desalento. O mesmo acontece na vida castrense: é o rigor do treino, a cadência dos gestos, a repetição consciente, que formam não apenas soldados, mas cidadãos ao serviço do país.

Se pensarmos bem, a música ensina-nos o que as instituições militares praticam todos os dias: a importância do silêncio no momento certo, da nota justa no compasso exato, da harmonia entre diferentes vozes e instrumentos. Cada militar, como cada músico, é indispensável, mas sozinho não basta. O valor maior só emerge quando todos se unem sob a mesma pauta.

E é precisamente aí que reside o paralelismo mais belo: tanto a música como as Forças Armadas não existem para si mesmas. Ambas são instrumentos ao serviço



de algo maior. A música eleva o espírito e une a comunidade. As Forças Armadas defendem a Nação e garantem a sua soberania. Ambas lembram que o Homem não pode viver apenas para si, mas deve afinar-se com o colectivo e com o destino comum.

Tal como na música, onde cada instrumento, do mais discreto ao mais imponente, tem lugar na sinfonia, também nas fileiras militares cada posto, cada função, cada especialidade, contribui para a missão maior. Sem o clarim, não há sinal; sem o tambor, não há passo; sem o último soldado, não há exército.

Por isso, quando ouvirmos a próxima marcha militar, talvez devamos parar um instante para reflectir: o que ouvimos não é apenas música. É disciplina transformada em som, é identidade feita melodia, é a voz de uma instituição que, como uma orquestra, só cumpre a sua missão se cada um dos seus elementos tocar em sintonia.

SCH Ernesto Rebocho



Abertura e Encerramento das Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

Neste ano de 2026, as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” promovidas pela ANS, iniciaram-se e encerraram nas Regiões Autónomas.

Desta vez, ao contrário do que habitualmente vinha sucedendo, o início teve lugar na Região Autónoma dos Açores a 23 e 24 de Janeiro.

No dia 23, em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, decorreu a comemoração de abertura com a presença dos dirigentes João Mata, Miguel Moita e Francisco Rolo (Presidente, Secretário e Vogal da Direcção, respectivamente), delegados, associados, antigos dirigentes e amigos da ANS.



AÇORES – PONTA DELGADA

No dia seguinte, a 24 de Janeiro, na Praia da Vitória, Ilha Terceira, prosseguiu a comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, com a presença dos dirigentes João Mata, Miguel Moita e Horácio Pinheira (Presidente, Secretário e Vogal do Conselho Fiscal, respectivamente), delegados, associados, e amigos da ANS.



AÇORES – TERCEIRA

A 6 e 7 de Fevereiro, agora na Região Autónoma da Madeira, decorreu no Funchal, nas instalações da Liga dos Combatentes, a cerimónia de encerramento das comemorações neste ano de 2026.

Com a presença dos dirigentes João Mata e José Mendes (Presidente e Vogal da Direcção, respectivamente), delegados, associados, antigos dirigentes e amigos da ANS, foi lida pela última vez nas comemorações deste ano a “Intervenção Comum”, missão que esteve a cargo do delegado local Maurício Freitas.

No encerramento das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2026 procedeu-se á passagem da bandeira da ANS das mãos do SAJ Freitas (RG3) para as mãos do SMOR Oliveira (COM) para as comemorações em 2027.



MADEIRA - FUNCHAL



Evocação do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento Português, mais uma vez comemorado em Abrantes, como sempre, a 31 de Janeiro e ao almoço.

108 camaradas presentes, Sargentos da Armada, Exército, Força Aérea e G.N.R., do Activo, Reserva, Reforma e Disponibilidade, em alegre convívio, camaradagem, confraternização e degustação da ementa proposta. Estiveram mais inscritos, mas a missão de apoio às populações foi (como o é sempre) prioritária.

De salientar a presença de camaradas Sargentos com idade superior a 90 anos. A coragem dos Sargentos do 31 de Janeiro de 1891, será sempre um farol para o nosso futuro. Esteve também presente o camarada António Lima Coelho, director do jornal “O Sargento”.



No fim do almoço-convívio “cantou-se” o Hino Nacional e “partiu-se” o bolo, a que se seguiu uma confraternização por um pequeno grupo musical de “cavaquinhos”.

A comissão organizadora de 2026 agradece a todos os camaradas a respectiva presença. Obrigado a todos. Bem-haja!

Pela Comissão Organizadora, João Ribeiro

Em Unidades Militares...



Base Aérea nº 1 – Sintra, com a presença de Fernando Grenho Silva, Vice-presidente da Direcção da ANS



No Regimento de Artilharia nº 5 – Vendas Novas

E Além Fronteiras...



Em Targo Mures, na Roménia



AVEIRO



ENTRONCAMENTO



ENTRONCAMENTO



BEJA



FOIA-MONCHIQUE



FOIA-MONCHIQUE



CASTELO BRANCO



LAMEGO/VILA REAL



LISBOA



TAVIRA



CHAVES



ÉVORA



LISBOA



LISBOA



COIMBRA



UISEU



PORTO



QUELUZ-AMADORA



No Porto – Berço da Revolta de 31 de Janeiro de 1891...

Este ano, as comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, no Porto, repartiram-se por dois dias.

No dia 31 de Janeiro de manhã, uma representação dos Corpos Sociais da ANS, composta por José Paulo Leitão, António Assunção, Hélder Costa e Francisco Silva (Vogal da Assembleia Geral, Secretário da Direcção, Vogal da Direcção, Relator do Conselho Fiscal, respectivamente) acompanhados por outros camaradas Sargentos, associaram-se à “Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro” e à Junta de Freguesia do Bonfim na já tradicional romagem ao Cemitério do Prado do Repouso no Porto, onde, em homenagem ao Heróis do 31 de Janeiro de 1891, depositaram uma coroa de flores.



À intervenção de abertura, pelo Presidente da Assembleia Geral da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, seguiu-se a do Presidente da Direcção da mesma Associação e, no seguimento da cerimónia, J.P. Leitão, em representação da ANS, fez a leitura de uma mensagem enviada pelo Presidente da Direcção da ANS para este evocativo momento e que se transcreve a seguir:

“Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim

Exmo. Senhor Presidente da Direcção da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro;

Exmos. Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Camaradas;

Por incompatibilidade de agenda, atendendo ao facto de, neste momento, se encontrar a decorrer a comemoração central do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento, onde a minha presença é essencial, não me é possível estar pessoalmente presente em tão digna cerimónia. Ainda assim, a Associação Nacional de Sargentos não poderia deixar de homenagear estes homens e, nesse sentido, foi possível constituir uma delegação com membros de todos os Órgãos

Sociais, a quem solicitei que, em meu nome, pudessem proferir umas curtas palavras.

Prestamos, hoje, homenagem aos vencidos do 31 de Janeiro de 1891. Vencidos por traição no plano militar, mas vencedores na História e no futuro do País. É nosso dever assegurar que o seu legado se mantém vivo na memória colectiva do povo português.

Naquela madrugada fria desta cidade, conscientes dos riscos e sem garantias de sucesso, Sargentos, Cabos, Soldados, alguns Oficiais de baixa patente e o povo anónimo ousaram levantar-se contra a humilhação nacional imposta pelo ultimato inglês, contra a injustiça social, contra um regime que já não respondia às aspirações do povo nem à dignidade dos que serviam Portugal, com a convicção de que os valores republicanos não podiam continuar a ser adiados.

A derrota da revolta não levou, porém, à rendição moral. “Digo que foi da melhor vontade que entrei no movimento e não declino a minha responsabilidade. Na parada do quartel fui eu quem primeiro levantou um Viva à República”, disse o Sargento Abílio no seu depoimento no Conselho de Guerra. “Considerar-me-ei feliz, se, com o que fiz, concorrer de alguma forma para o bem da pátria.”, afirmou o Capitão Leitão. A coragem demonstrada e a lealdade a um ideal superior transformaram esta derrota num marco fundador. Como a própria História viria a provar, a obra iniciada a 31 de Janeiro de 1891 alcançaria a vitória quase vinte anos depois, em 5 de Outubro de 1910.

Os vencidos que hoje honramos foram militares conscientes do seu papel histórico, cidadãos em uniforme que compreenderam que servir a Pátria é, para além de lutar pela sua soberania, lutar pela sua dignidade, e pelos seus valores fundamentais.

135 anos passados, vivemos num mundo instável, marcado por conflitos armados, tensões geopolíticas e incertezas crescentes. Mas essa instabilidade não pode apagar as lições da História.

A República que hoje servimos iniciou o seu caminho com o sacrifício destes homens. Uma República assente na liberdade, na justiça, na dignidade humana e no respeito por quem serve o Estado. A memória destes homens obriga-nos à defesa intransigente destes valores! Recordar o 31 de Janeiro é, por isso, um acto de responsabilidade e de compromisso com a defesa da soberania e da dignidade da nação que servimos! É lembrar que os direitos, a democracia e a própria República não nos foram oferecidos — foram conquistados!

Dignifiquemos, assim, a sua memória com respeito pelas instituições democráticas e com a consciência de que a fidelidade à República exige coragem, lucidez e compromisso!

Honra aos vencidos do 31 de Janeiro de 1891!

Viva a República!

João Mata

Sargento-Chefe

Presidente da Direcção da ANS”

A intervenção de encerramento ficou a cargo do Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, tendo a cerimónia finalizado com o entoar por todos os presentes do nosso Hino Nacional, “A Portuguesa”.

Na tarde desse mesmo dia, a convite da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, uma delegação da ANS, composta por António Assunção e Francisco Silva, esteve presente no Ateneu Comercial do Porto, numa mesa-redonda subordinada ao tema “**Organização e Coesão do Território e seu impacto no Desenvolvimento do País**”, moderada por David Pontes, Director do Jornal Público. Facto curioso de também ele ser um antigo Sargento. Foi Segundo-Furriel em 1991.



No dia 2 de Fevereiro, em Leça da Palmeira, realizou-se o habitual Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, onde estiveram em comunhão de valores e sentimentos muitas dezenas de camaradas Sargentos. Entre estes e em representação da ANS, marcaram presença Luís Bugalhão e José Paulo Leitão (Presidente e Vogal da Assembleia Geral), Francisco Silva e Rui Santos (Relator e Vogal do Conselho Fiscal), António Assunção, Joaquim Torres e Hélder Costa (Secretário e Vogais da Direcção).

J. P. Leitão leu a “Intervenção Comum”, a que se seguiu a intervenção final por Luís Bugalhão, onde expôs o actual ponto de situação da luta dos Sargentos de Portugal, inscritos no nosso “Caderno de Aspirações” e o que ainda falta fazer para se atingir ter uma “Condição Militar” mais justa e equilibrada aos tempos actuais. E como é normal, o jantar terminou com os presentes a entoar “A Portuguesa”.

J. P. Leitão



O 31 de Janeiro em Chaves e em Viseu

No passado dia 29 de Janeiro uma delegação da ANS, composta por José Paulo Leitão e Joaquim Torres (Vogal da Assembleia Geral e Vogal da Direcção, respectivamente), esteve presente em Chaves no Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”. Após uma intervenção de J. P. Leitão, realçando alguns dos pontos que a ANS tem no seu Caderno de Aspirações e outros que se vivem no momento, a “Intervenção Comum” foi lida por J. Torres.

A 2 de Fevereiro, uma delegação composta por José Paulo Leitão e Rui Santos (Vogal do Conselho Fiscal), esteve presente no Jantar Comemorativo em Viseu. O SMOR Bessa, Adjunto do Comandante do RI14, fez a abertura do evento, agradecendo a presença de todos e realçando as actividades que decorreram durante o dia na sua Unidade e que concorrem para o estreitar dos laços de camaradagem e espírito de corpo.

Também aqui, J. P. Leitão realçou alguns dos pontos que a ANS tem no Caderno de Aspirações e outras preocupações com que os Sargentos se confrontam. Terminou com a leitura da “Intervenção Comum”.

Houve ainda espaço para o debate de ideias e partilha de informações.

As muitas dezenas de camaradas Sargentos presentes em ambas as ocasiões viveram momentos de partilha de valores e interesses comuns.

J. P. Leitão





“31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

**Intervenção Comum às comemorações do
“31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em 2026,
apresentada por Caio Pardim, Vogal da Direcção da ANS,
nas comemorações centrais, em Lisboa, na Casa do Alentejo**



Reunimo-nos hoje, uma vez mais, para assinalar o 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento, uma data de profundo significado histórico, simbólico e cívico para os Sargentos de Portugal e para a sociedade portuguesa em geral.

A cedência do governo e da monarquia portuguesa ao Ultimatum britânico, em 1890, deixou um sentimento profundo de humilhação nacional, particularmente sentido no seio dos militares. A este contexto juntavam-se más condições sociais, carreiras mal geridas e um crescente descontentamento, especialmente entre Sargentos e Praças, que viam a sua dignidade profissional desconsiderada.

Foi neste ambiente que, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, se iniciou uma revolta popular, encabeçada maioritariamente por Sargentos e Praças e apoiada pelo povo anónimo. Proclamou-se um governo provisório. Pela primeira vez cantou-se A Portuguesa, que viria a ser o nosso Hino Nacional. Apesar de militarmente derrotada, esta revolta não foi vencida na História. Alguns dos seus operacionais tombaram, outros ficaram feridos, muitos foram presos, julgados em Conselhos de Guerra e condenados ao degredo. Entre os 22 condenados, 14 eram Sargentos. Os Sargentos Abílio, Galho e Rocha e o Cabo Reis da Guarda Fiscal, entre outros, ocupam um lugar indelével na memória colectiva do País.

É com orgulho que evocamos a coragem, a consciência cívica e a determinação daqueles homens, que ousaram colocar o interesse nacional acima do conformismo e da resignação. Todavia, o movimento por eles iniciado só viria a concretizar-se 19 anos depois, a 5 de Outubro de 1910, com a implantação da República — o regime que ainda hoje servimos e defendemos.

Por tudo isto, o 31 de Janeiro é uma data de especial significado para os Sargentos. Não apenas como evocação histórica, mas como símbolo de uma identidade assente na responsabilidade, na lealdade e na coragem de não abdicar da dignidade!

Foi esse mesmo espírito que levou, em

1978, os Sargentos de Portugal a escolherem o 31 de Janeiro como o seu dia e a celebrá-lo no antigo Mercado do Povo de Belém. Apesar de identificados e, alguns deles perseguidos, a celebração da data não mais cessou, sendo hoje acarinhada por toda a estrutura hierárquica das Forças Armadas, faltando, no entanto, o merecido e justo reconhecimento pelo poder político! Também nesse dia se iniciou um movimento de resistência que culminaria, em 1989, com a criação da Associação Nacional de Sargentos. Desde então, a ANS tem sido a voz activa na defesa e promoção do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, e um pilar essencial na defesa da Condição Militar, na afirmação dos direitos socioprofissionais dos Sargentos e na luta pela dignidade das Forças Armadas.

Ao longo de quase 37 anos, a luta associativa permitiu conquistas fundamentais: a consagração de um estatuto profissional, a eliminação das abusivas restrições aos direitos de cidadania elencadas no famigerado artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional de 1982, melhorias remuneratórias, a defesa de carreiras mais justas e o apoio directo a inúmeros camaradas confrontados com decisões injustas ou arbitrárias. Muito pior seria, sem dúvida, a condição dos Sargentos e das suas famílias sem esta luta colectiva, organizada e perseverante.

Contudo, não podemos esquecer que celebrar o Dia Nacional do Sargento não se pode limitar a meros actos evocativos. Deve ser, sobretudo, um momento de reflexão séria sobre o presente e de responsabilidade perante o futuro.

Vivemos hoje um contexto internacional marcado por uma crescente instabilidade geopolítica, por conflitos armados em várias regiões do globo e por um reforço generalizado dos investimentos na Defesa. Este cenário coloca enormes exigências às Forças Armadas e aos seus militares, exigências que os Sargentos continuam, e continuarão, a cumprir com profissionalismo, lealdade e sentido de missão.

Mas esta instabilidade não pode servir de argumento político para negar direitos

ou adiar soluções estruturais! Pelo contrário: quanto maiores são as exigências, maior deve ser o respeito pela Condição Militar e pelos direitos daqueles que garantem, todos os dias, a defesa da soberania nacional.

Apesar de medidas positivas que não ignoramos, persistem problemas sérios que afectam a vida dos militares: o regime remuneratório continua a aguardar por uma justa actualização que elimine o clasismo que o caracteriza, o regulamento de avaliação está longe de promover a justiça e a coesão nas Forças Armadas, o acesso à saúde e à acção social complementar não dignifica a Condição Militar, a reversão da sangria de recursos humanos, que sobrecarrega os que resistem, tarda a fazer-se sentir e, não obstante, tarda-se a reconhecer a injustiça que o futuro do regime de pensões será para quem está permanentemente disponível para servir o país. A resposta a estes e tantos outros problemas não se faz apenas com discursos ou anúncios de investimento em meios materiais. Faz-se, sobretudo, com investimento sério no factor humano. E para isso, o poder político tem de escutar os militares por intermédio das suas associações representativas de classe, e a ANS é a legítima representante dos Sargentos portugueses!

A recente decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais, que veio reconhecer que Portugal não garante plenamente às Associações Profissionais de Militares direitos fundamentais consagrados na Carta Social Europeia, nomeadamente no que respeita à negociação colectiva e à representação jurídica dos seus associados, não é um ataque às Forças Armadas, nem um risco para a disciplina ou para a coesão. É, pelo contrário, um reforço da legitimidade democrática das estruturas representativas dos militares e um instrumento essencial para a construção de soluções equilibradas, responsáveis e duradouras para os problemas que enfrentamos, envolvendo os legítimos representantes de quem serve o país sem dele se servir!

Que este acto comemorativo sirva para reflectirmos em conjunto, tendo sempre presente o acto heroico daqueles nossos antepassados cuja acção deve orientar a nossa conduta: lutar pela defesa da Condição Militar, pela defesa da soberania e independência nacionais, com determinação e perseverança.

Os Sargentos de 1891 não se conformaram.

Os Sargentos de 1978 e de 1989 resistiram.

Os Sargentos de hoje não podem resignar-se.

Saibamos honrar a memória dos que nos antecederam, defendendo com coragem e responsabilidade os direitos daqueles que nos não-de suceder.

Viva o 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Vivam as Forças Armadas!

Viva Portugal!

**Intervenção de João Mata,
Presidente da Direcção da ANS,
nas comemorações centrais,
em Lisboa, do
“31 de Janeiro – Dia Nacional
do Sargento”**



Digníssimos convidados,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,
Camaradas,

Celebrar o dia 31 de Janeiro é celebrar a coragem, a consciência cívica e o sentido de responsabilidade daqueles que, há 135 anos, numa fria madrugada da cidade do Porto, conscientes dos riscos e sem garantias de sucesso, ousaram levantar-se contra a humilhação nacional imposta pelo ultimato inglês, contra a injustiça social e contra um regime que já não respondia às aspirações do povo nem à dignidade dos que serviam Portugal, com a convicção de que os valores republicanos não podiam continuar a ser adiados. O Povo anónimo e os militares, maioritariamente Sargentos, ousaram dizer que Portugal merecia mais dignidade, mais justiça e mais futuro!

Traídos pela Guarda Municipal, os revoltosos viram os seus objectivos, não necessariamente derrotados, antes adiados! *“Digo que foi da melhor vontade que entrei no movimento e não declino a minha responsabilidade. Na parada do quartel fui eu quem primeiro levantou um viva à República.”*, disse o Sargento Abílio no seu depoimento no Conselho de Guerra. O mesmo Sargento Abílio que, perante o fracasso dos planos de 31 de Janeiro de 1891 prometera só voltar a rapar a barba com a implantação da República, enviaria, em Outubro de 1910, um telegrama à sua esposa transmitindo-lhe que ia fazer a barba. A revolta republicana do Porto foi, por isso, derrotada no plano militar, mas vencedora no plano da História. Os seus protagonistas mostraram que a lealdade à



“31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

Pátria não é incompatível com a exigência de justiça. Que o seu serviço não deveria ser apenas obedecer, mas também defender a dignidade, a justiça, a liberdade e a soberania nacional.

Evocar o 31 de Janeiro não é, por isso, um exercício de memória distante. É um acto de responsabilidade presente, exercido há 48 anos por um conjunto de Sargentos que, no antigo mercado do Povo em Belém, honraram os vencidos da Revolta do Porto e pela primeira vez evocaram esse dia como o Dia Nacional do Sargento! O Dia Nacional do Sargento foi conquistado pelos Sargentos, é dos Sargentos e a ANS afirmou-se, desde 1989, como a voz activa na sua promoção! A anuência dos ramos à sua comemoração acabaria por chegar já neste milénio, mas não sem antes os seus primeiros promotores terem sido identificados e perseguidos! O dever de memória obriga-nos a recordar estes factos, também eles históricos, lembrando que dificilmente algo nos é oferecido. A luta, a coragem e a persistência foram valores essenciais nas conquistas já alcançadas. Assim terá de continuar a ser!

Num momento em que o comum Ser Humano perde horas a ver vídeos de curta duração numa qualquer rede social, mas não despende 5 minutos do seu tempo para folhear um livro e em que forças anti-democráticas disso se aproveitam para passar mensagens que promovem a retirada de direitos a alguns grupos estereotipados, quem sempre lutou pela conquista dos direitos colectivos enfrenta um enorme desafio! Lutar contra o egoísmo que vai penetrando na nossa sociedade e no seio militar é uma enorme batalha!

Mostrar a um jovem que vale a pena lutar pelo direito de um veterano a uma vida digna enquanto aguarda a inevitabilidade do tempo e trazer para a rua um camarada na reforma para lutar pelo direito de um camarada de 30 anos a uma progressão justa na carreira, é essencial! Isso é camaradagem!

Defender a Constituição é uma obrigação a que estamos sujeitos por juramento. Promover os valores nela inscritos é uma necessidade cada vez mais premente...

Digamos, por isso, a todos que a confiança, a determinação e a unidade que sempre nos caracterizaram são essenciais para a manutenção de direitos adquiridos, para a aquisição de novos e para a reconquista dos que nos foram sonegados!

Numa realidade em que a instabilidade geopolítica parece assumir-se como um novo normal, anunciam-se medidas financeiras sem precedentes para a área da Defesa, onde, estranhamente, se nota a ausência de medidas para o factor humano. As Forças Armadas Portuguesas têm sido chamadas a assumir mais missões, mais responsabilidades e maior exposição, com menos meios humanos. Esta última semana foi disso exemplo: perante

a tragédia trazida pelos ventos da depressão Kristin, as Forças Armadas foram chamadas a apoiar as populações afectadas. Os seus militares, sem qualquer hesitação, responderam, muitos deles desconhecendo a realidade enfrentada pelas próprias famílias. Mas toda esta dedicação merece um justo reconhecimento, que não se pode limitar à actualização de suplementos! Digamos com clareza: não há Defesa Nacional credível sem um investimento sério no factor humano!

Não ignoramos a positividade de algumas medidas aprovadas em Conselho de Ministros no Verão de 2024, medidas que, aliás, convergem com aspirações nossas reflectidas no nosso Caderno de Aspirações! Ainda assim, persistem problemas estruturais profundos, alguns deles destacados há instantes nas anteriores intervenções, e todos eles denunciados há demasiado tempo e ainda sem resposta adequada:

- Não é só a persistência de um Regulamento de Avaliação do Mérito de carácter intimidatório e excessivamente punitivo, que promove competição em detrimento da coesão, ou um regime remuneratório obsoleto, baseado numa tabela que caminha para a segunda década de existência sem actualizações abrangentes!

- A ausência de uma promoção por diuturnidade persiste nos Quadros Permanentes da categoria de Sargentos e a progressão de Primeiro-Sargento para Sargento-Ajudante mantém a sua iniquidade entre os ramos, e dentro destes entre classes ou especialidades, existindo ainda casos de tempos de espera a rondar as duas décadas para o alcance da merecida promoção! É urgente, por isso, defender estes camaradas com medidas legislativas que regulamentem, não só os tempos mínimos de permanência num posto, mas também os tempos máximos.

- O reconhecimento remuneratório por desempenho de funções de posto superior continua entregue à arbitrariedade dos ramos, com camaradas a verem reconhecido esse esforço e outros a fazê-lo porque “a condição militar a isso obriga”.

- Os alunos dos Cursos de Formação de Sargentos dos Quadros Permanentes oriundos da categoria de Praças continuam, apesar das nossas denúncias, a ser insistentemente desrespeitados pelas tutelas, estando privados de uma justa graduação nos primeiros postos da categoria de Sargentos durante a frequência do curso, enquanto observam as justas graduações nos postos de CADJ e ALF dos seus camaradas em frequência dos cursos de acesso aos QP nas categorias de Praças e Oficiais, respectivamente!

- Persiste a injustificada resistência à atribuição do grau de licenciatura aos Sargentos do Quadro Permanente, apesar do elevadíssimo nível de especialização técnica e científica, respectivamente.

nica que lhes é exigido. Não! Os Sargentos não são simples *“índios para apertar porcas e parafusos”*, como disse em tempos um Chefe Militar enquanto recebia em audiência uma delegação da ANS!

- Persistem problemas sérios na assistência à saúde e na acção social complementar. O Hospital das Forças Armadas, em particular o polo de Lisboa, enfrenta tempos de espera inaceitáveis em diversas especialidades e a rede protocolar é instável e desigual entre as várias geografias do país. Já o IASFA, continua sobrecarregado com responsabilidades que o afastam da sua missão essencial que é a acção social complementar.

- A realidade do parque habitacional militar, dentro e fora das Unidades, é também preocupante! São demasiadas as denúncias de condições de habitabilidade que não se coadunam com o nível de exigência e disponibilidade que o Estado impõe aos seus militares.

Acréscce a tudo isto uma preocupação que não podemos ignorar: a anunciada revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, feita sem o envolvimento efectivo das Associações Profissionais de Militares, em claro desrespeito pela Lei Orgânica n.º 3/2001. Os valores democráticos não se defendem com secretismo. Defendem-se com diálogo, transparência e respeito institucional.

É neste quadro que a recente decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais assume particular relevância. Ao reconhecer que Portugal não garante plenamente às Associações Profissionais de Militares o direito à negociação colectiva e à representação jurídica, o Comité veio confirmar aquilo que há muito afirmamos: faltam instrumentos eficazes de diálogo e defesa dos direitos dos militares, e os que existem não são cumpridos pelas tutelas!

Perante uma realidade cada vez mais exigente para os militares, devem ser assegurados, pelo Estado, mecanismos justos, equilibrados e eficazes de representação e negociação.

Recordar o 31 de Janeiro de 1891 é, por isso, recordar que a democracia exige vigilância e que a lealdade não limita o nosso direito a lutar!

Celebrar o Dia Nacional do Sargento é honrar o passado, agir no presente e preparar o futuro. Um futuro em que nos orgulhemos de ter conseguido melhores condições para os que nos irão suceder e em que a dignidade da Condição Militar não seja apenas proclamada, mas plenamente respeitada, nos deveres e nos direitos!

Viva o 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento!

Vivam os Sargentos de Portugal!
Vivam as Forças Armadas!
Viva a República!
Viva Portugal!

**Intervenção de Fernando
Grenho Silva, Vice-Presidente
da Direcção da ANS,
nas comemorações centrais, em
Lisboa, na Casa do Alentejo, do
“31 de Janeiro – Dia Nacional
do Sargento”**



Envolvimento da Massa Associativa

Caros elementos da mesa, digníssimos convidados, minhas senhoras e meus senhores, camaradas, muito bom dia!

Aprez-me verificar este magnífico espaço tão bem composto. Muito obrigado pela vossa presença. E é exatamente num paralelismo feito à palavra “presença”, que irei dar início à minha intervenção.

Se hoje, dia 31 de Janeiro de 2026, Dia Nacional do Sargento, estamos aqui reunidos, tal se deve, em primeiro lugar, à bravura dos camaradas que há 135 anos disseram “Presente!”, enquanto tudo à sua volta colapsava. Contudo, o desfecho inevitável não os fez virar costas à luta pelo ideal que defendiam.

Em segundo lugar, porque os Sargentos de Portugal, através da sua Associação Nacional de Sargentos, pois a ANS é de todos os Sargentos e não apenas dos sócios que a compõem, fazem questão de assinalar esta efeméride e em conjunto, debater as preocupações que nos assolam e teimam em perdurar no tempo.

Embora o nosso dia ainda esteja por ser reconhecido de forma oficial pelos deputados da Assembleia da República, a nossa vontade é irredutível e continuaremos a traçar o nosso caminho, independentemente de *"Quão difícil nos temos movido"*.

Porém, segundo a tutela, nas palavras do Sr. Ministro da Defesa, tudo estr. Ministro da Defesa, tudo est.ca o investimentoda Defesa, tudo est prlos deputados da Assembleia da Republica, á bem no seio castrense, pois nunca o investimento na >>>>>>>>



“31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

»»»»»»»»»» Defesa Nacional foi tão expressivo como agora. Como não poderia deixar de ser, logo de seguida, os respectivos chefes dos Ramos corroboram este optimismo falacioso. Não obstante, a comunicação social coloca a cereja no topo do bolo da desinformação cada vez mais consensual.

Camaradas, esta filosofia desonesta da parte de cada um dos intervenientes que enunciei há instantes, em dividir para reinar, não é uma novidade para nós.

A camaradagem, pilar fundamental das Forças Armadas, está cada vez mais ameaçada, quer pelos diversos regulamentos, como o RAMMFA por exemplo, quer pela ilusão criada de que um aumento do Orçamento de Estado para a Defesa Nacional superior a 25% irá resolver todos os problemas.

Assim sendo, devemos nós rasgar o Caderno de Aspirações?

Não nos iludamos com falinhas manas, pois aquilo que o conhecimento empírico nos diz é que tal não nos levará a lugar algum.

É imperativo estarmos atentos, informados e sobretudo unidos!

Esta luta não se trava sozinhos e estando dispersos.

Precisamos de todos vós.

A nível associativo é necessário incrementar a nossa presença na sociedade, de termos uma expressividade mais significativa. Mas para isso necessitamos de novos sócios. Também é desejável que haja a garantia de uma natural regeneração, de sangue novo que dê continuidade ao trabalho associativo de décadas.

Camaradas, todos nós temos pela frente um longo caminho pedagógico a exercer junto daqueles que possam estar mais alheados, desinformados ou até mesmo apáticos.

Das várias atividades desenvolvidas pela ANS, têm decorrido a nível nacional, reuniões com os camaradas Sargentos, com intuito de, não só de os ouvir “*In Loco*”, acerca das suas preocupações, mas também de os manter informados o melhor possível acerca das principais questões socioprofissionais. Do balanço dessas reuniões, pudemos obter, não só o *feedback* no terreno sobre as dificuldades sentidas, mas também perceber da necessidade de mobilização de forma a alcançar um universo de camaradas cada vez maior, de forma a conseguirmos recolher outros pontos de vista, sobretudo das novas gerações.

Ao longo dos 36 anos de existência, a ANS tem desenvolvido a sua actividade assente no apoio e resposta presente de milhares de camaradas, dando-lhe a força e a capacidade de representação inquestionável que permitiu que fossem alcançadas algumas vitórias, recuos em decisões da tutela e chefias militares prejudiciais para os Sargentos e para os militares em geral e suas famílias.

Foi assim na conquista de um Estatuto, na conquista do direito de constituir uma

associação profissional e, mais importante ainda, na criação da Associação Nacional de Sargentos. A existência da nossa associação não persiste apenas com as conquistas alcançadas nem com comemorações de datas importantes, como acontece hoje aqui na Casa do Alentejo. Tem que ser o esteio onde os camaradas Sargentos recebem o apoio na defesa dos seus direitos e na representação dos interesses da classe, e para tal os dirigentes da ANS precisam que a participação nas iniciativas tenha maior adesão, assim como um reforço constante de novos delegados no terreno.

Contudo, peço-vos que não entendam nas minhas palavras qualquer espécie de lamento, mas sim, um apelo a que estejamos unidos, presentes, envolvidos, esclarecidos, com vontade de lutar por questões que são as nossas questões, com a vontade de honrar o que é ser Sargento das Forças Armadas, de honrar um passado que hoje celebramos. Sem a massa associativa, sem os delegados no terreno, os 31 membros dos Órgãos Sociais da ANS pouco podem fazer. Permitam-me ainda que vos peça para passar a palavra a todos aqueles, que pelos variados motivos, não puderam estar aqui hoje e dizer “**Presente!**”.

Viva o Dia Nacional do Sargento!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Vivam as Forças Armadas!

Viva Portugal!

Intervenção de Rogério Graça, Vice-Presidente da Direcção da ANS, nas comemorações centrais, em Lisboa, na Casa do Alentejo, do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”



Valorização dos suplementos!... e que mais?

Ilustres Convidados,
Digníssimos camaradas,

No final do mês de Setembro de 2024, assistimos à publicação de legislação tendo como objectivo o reconhecimento ao

direito de compensações especiais, atribuição de benefícios adicionais de saúde a antigos combatentes, revisão de suplementos e valorização das posições remuneratórias dos militares da categoria de Praças e da categoria de Sargentos em Regime de Contrato.

À excepção do reconhecimento ao direito de compensação especial por invalidez ou morte, estas medidas tiveram a sua aplicação faseada no tempo, até atingirem o seu total efeito a 1 de Janeiro de 2026. Uma decisão positiva, necessária, justa e que uma boa parte veio ao encontro das diversas medidas que a ANS já há muitos anos tem proposto através dos meios que tem sido possível utilizar, no sentido da valorização da condição militar.

Agora começaremos a sentir o efeito que estas medidas trazem, no plano financeiro, mas no quotidiano dos navios, regimentos e esquadras continua-se a sentir que o esforço aumenta para suprir um défice que cresceu nos últimos anos, o do factor humano. E a questão surge: terão estas medidas sido tardias?

Sem entrar em pessimismos ou mesmo passar a imagem do vulgo “mal-agradecido”, a verdade é que o abandono das fileiras de centenas de militares, com experiência acumulada e conhecimento adquirido, tornou o dia-a-dia dos que permanecem ao serviço num desafio para conseguir completar muitas das tarefas que agora acumulam. A sobrecarga diária com o passar de semanas, meses, anos, prejudica a prestação do serviço, dá origem à desmotivação e põe em causa a segurança, o que no meio militar tem uma repercussão ainda mais elevada.

Os Chefes Militares, em oportunidades de intervenção no espaço público, muito timidamente e sem compromettimentos, têm reconhecido que os efectivos estão aquém das necessidades, mas que o recrutamento está a aumentar, confiantes nas medidas assumidas pela tutela política. Nas cerimónias expressam palavras de incentivo ao cumprimento da missão e aos valores militares, mas o que é certo é que nos três Ramos muitos procedimentos internos continuam a necessitar de ajustes condizentes com essas palavras, de forma a que os seus subordinados sintam que o seu esforço diário é reconhecido.

A título de exemplo, o suplemento de residência, foi um dos suplementos revisito nas medidas publicadas em Setembro de 2024 e, pese embora no seu articulado estejam expressas as condições de acesso ao mesmo, na sua transposição para a aplicabilidade cada Ramo, como de costume, elaborou um novo despacho/norma/regulamento adicionando requisitos extra para a sua atribuição. Se no Exército este processo foi operacionalizado de forma célere já nos outros dois Ramos foi muito mais demorado e restrito.

Camaradas, a este simples exemplo

podemos juntar mais, não só relacionados com a componente financeira pois o serviço militar exige muito mais do que ter capacidade para pagarmos as contas. A permanente disponibilidade requer que estejamos bem de saúde e para mantermos esse padrão é imperativo que nos seja proporcionada a devida assistência para a qual somos obrigados a efectuar descontos mensais. O desenvolvimento da carreira é também uma área que necessita ser reformulada de forma a reduzir os tempos de permanência nos postos e a reposição das modalidades de promoção assim como a homologação das listas de promoção devem estar concluídas atempadamente cumprindo com as datas previstas no EMFAR.

A revogação de despachos que colocaram 2SAR a desempenhar funções antes desempenhadas por Praças é necessária, situação que se encontra em violação ao nosso Estatuto.

A necessidade de reformular o RAMMFA face à sua enorme carga de subjectividade que continua de ano para ano a prejudicar vários camaradas, afectando a coesão e a disciplina.

Também de elevada importância, é a alteração da legislação em vigor que regula as condições de acesso e cálculo das pensões do pessoal militar e militarizado (Decreto-Lei nº 3/2017 de 6 de Janeiro) com efeitos lesivos acentuados a todos os que ingressaram nas Forças Armadas a partir de 01 de Setembro de 1993.

Camaradas, estas breves referências focam em alguns assuntos que não podem demorar a ser discutidos, mas sobretudo resolvidos. Se as medidas tomadas em Setembro de 2024 não forem acompanhadas e complementadas com o aumento da atractividade da carreira militar, os níveis de recrutamento vão demorar a surtir o efeito desejado e a retenção de quadros correrá o risco de ficar incapacitada para cumprir a missão.

Num quadro de investimento na área da Defesa Nacional como nunca antes visto, o factor humano, homens e mulheres que servem nas Forças Armadas, têm o direito e merecem que lhes sejam proporcionadas todas as condições necessárias para o pleno desempenho do serviço, que se comprometeram prestar à sua nação, com o sacrifício da própria vida se necessário.

Ao comemorarmos o 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento, enaltecendo o seu significado histórico e honrando a memória daqueles heróis de 1891, a Associação Nacional de Sargentos como associação representativa dos Sargentos, afirma o seu compromisso na luta pela dignificação, reconhecimento e valorização da classe!

Viva o Dia Nacional do Sargento!

Viva as Forças Armadas!

Viva Portugal!



“A saga dos Furriéis DFA’s que apenas querem continuar a ser Sargentos, em todas as vertentes que isso significa”



Caros camaradas,

Aproveito o nosso Jornal, para trazer ao vosso conhecimento o ponto de situação das diligências até ao momento efectuadas para a **“Correcção do nível remuneratório das pensões de invalidez dos Furriéis DFA’s que lhes estão sendo pagas pelo posto de Cabos de Secção”** e, que continuamos até hoje, a não ver, o seu bom provimento por parte das entidades oficiais a quem recorremos.

Assim:

1. Em 29 de Março de 2023, portanto ainda no Governo do PS, numa reunião que a Associação Nacional de Sargentos (ANS) teve na Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (CDN-AR), então presidida pelo deputado Marcos Perestrello, do PS, começámos por entregar a nossa Exposição.

2. Em 14 de Dezembro de 2023, foi enviado pela nossa Associação, um *mailing* à deputada do Partido Socialista (PS), Maria da Luz Rosinha, Secretária da Mesa da Assembleia da República, onde se expunha toda esta situação gerada para com os Furriéis DFA’s e, ao mesmo tempo se pediu, se nos podia conceder uma audiência - a mim e ao nosso camarada António Lima Coelho - facto que veio a acontecer em 15 de Janeiro de 2024, em que fomos recebidos pela própria e a quem se entregou um exemplar da Exposição e, ao mesmo tempo se pediu que visse a possibilidade de se criar um diploma legislativo que promovesse definitivamente a **“Correcção do nível remuneratório das pensões de invalidez dos Furriéis DFA’s que lhes estão sendo pagas pelo posto de Cabos de Secção”**.

3. Posteriormente, em 3 de Dezembro de 2024, numa outra reunião com os Grupos Parlamentares integrantes da CDN-AR, na qual participou o nosso camarada António Lima Coelho — à época Presidente da ANS —, voltou a ser abordada pelo mesmo, não só a situação dos Furriéis DFA’s que estão recebendo as pensões como Cabos de Secção, como também no final, entregue vários exemplares da Exposição ao Presidente da Comissão de Defesa que presidiu à reunião, deputado Pedro Pessanha, do Partido CHEGA (CH), com a incumbência de serem distribuídos pelos diversos representantes dos Grupos Parlamentares presentes.

4. Entretanto, em 20 de Fevereiro de 2025, por não vermos qualquer desenvolvimento à nossa Exposição/Petição — entenda-se, a **“Correcção do nível remuneratório das pensões de invalidez dos Furriéis DFA’s que lhes estão sendo pagas pelo posto de Cabos de Secção”**, entrámos com uma queixa, elaborada pela ANS, na Provedoria de Justiça, tendo sido recebidos pela Provedora Adjunta Dr.ª Teresa Bento, queixa esta que até hoje, também não vemos ter tido

qualquer resposta. Será por, passados poucos meses, a então Provedora, Professora Doutora Maria Lúcia Amaral, ter ido ocupar o cargo de Ministra da Administração Interna e, até à data deste escrito não ter sido substituída naquele cargo, contrariando assim o próprio regulamento da Provedoria que prevê o provimento do cargo no prazo de 30 dias após a sua vaga? Não sabemos.

5. Para além destas diligências, houve igualmente uma série de envios de *mailings* para o Ministério da Defesa Nacional (MDN) - todos eles recebidos - em que solicitávamos para que levassem ao conhecimento do Ministro da Defesa Nacional (MDN), já no exercício do Dr. Nuno Melo, dos quais destacamos os seguintes:

- Em 13 de Setembro de 2024, para o MGEN Pedro Sardinha, Chefe de Gabinete do MDN.

- Por não vermos ter tido resposta, passados sessenta dias, em 18 de Novembro de 2024, voltámos a contactar por *mailing* o mesmo destinatário, onde, para além de novas considerações, reiterávamos o mesmo pedido feito anteriormente, ou seja, o de levar a nossa Exposição ao conhecimento do MDN.

- Em 7 de Novembro de 2025, para o Dr. José Morais, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Álvaro Castello Branco, com o pedido de lhe dar conhecimento.

- Em 18 de Janeiro de 2026, por continuarmos a não ver qualquer resposta voltámos a enviar um novo *mailing* para o destinatário anterior, mas, desta vez a solicitar uma reunião com o SEADN.

6. Finalmente e, para de alguma forma ter a certeza que este assunto chegava às mãos do SEADN, por ter tido conhecimento que o mesmo iria estar presente no dia 20 de Janeiro de 2026 na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), para presidir à cerimónia do 50º Aniversário do DL 43/76, desloquei-me àquela Associação para lhe entregar em mão um envelope onde, entre outras informações, constava o *mailing* atrás referido, enviado em 18 de Janeiro para o seu Chefe de Gabinete, onde se solicitava uma reunião e cuja resposta, até ao momento, continuamos a aguardar.

Nesta conformidade, perante tudo o que até ao momento fizemos e as **não-respostas** que obtivemos e, sem com isto pretender dizer que desistimos desta luta — obviamente que **NÃO**, porque ela é digna e justa - e, por isso, iremos até **quem** efectivamente nos ouça.

Todavia chegado aqui, não resisto a dizer que, de facto, cada vez me convenço mais que muitos políticos quando reiteram à comunicação social o respeito e a preocupação que têm pelos Antigos Combatentes (AC), na realidade não passam de meras palavras de circunstância e nada mais do que isso, já que o que se verifica na prática, é quase sempre uma fuga às suas responsabilidades, como representantes do Estado, fazendo lembrar alguns responsáveis, que não cumprem as promessas que apregoam na praça pública, como por exemplo, o discurso do SEADN, na cerimónia da ADFA atrás referida, quando proferiu e, passo a citar; **“Portugal ainda tem deveres a cumprir numa política de justiça para com estes militares”,** (AC e DFA’s). **“Cabe ao poder político lutar por essas medidas. E cabe ao poder político nunca desistir de percorrer esse caminho.”**

Rui Fernando da Fonseca Gonçalves
Furriel DFA – Sócio da ANS nº 6.814
Sócio da ADFA nº 16.354

Carta ao Director

Testemunho: 20 Anos ao Serviço da ANS e dos Sargentos de Portugal

Em 2026, passam 20 anos desde que entrei nos quadros da Associação Nacional de Sargentos, como Administrativa e Secretária.

Foi com imenso gosto que ingressei nesta fileira de assuntos socioprofissionais, que me permitiu ficar por dentro dos problemas que os Sargentos de Portugal e suas famílias enfrentavam, e enfrentam, em cada um dos seus Ramos das Forças Armadas.

Os nossos membros da Direcção e dos demais Órgãos Sociais (muitos ainda na situação de Activo) fazem tudo o que podem para ajudar esta Classe tão importante das Forças Armadas.

Particpei em diversas manifestações, entre as quais uma promovida por uma Comissão de Mulheres de Militares, outras de solidariedade com os Sargentos castigados por delito de opinião; fiz trabalho associativo nas comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, entre muitas e variadas actividades, sempre em modo de voluntariado e sempre com o propósito de ajudar na luta de todos os militares e seus congéneres.

Nestes longos 20 anos, a própria estrutura interna da Associação passou por vários momentos bons, mas, naturalmente, uns melhores que outros. Tivemos a aquisição da nossa antiga sede na Rua Barão de Sabrosa, um marco importante para toda a massa associativa e, mais tarde, após a venda daquele, foi adquirida a nossa nova Sede, situada no Lumiar.

Prestei este serviço com vários Presidentes da Direcção, como António Lima Coelho, Mário Ramos, José Gonçalves e, mais recentemente, com João Mata. A todos eles quero expressar o meu agradecimento pelo profissionalismo e dedicação.

Quero também dedicar uma palavra amiga ao “meu colega” SMOR Álvaro Martins, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

A todos tenho a agradecer o apoio que tenho tido da parte da Associação e de todos aqueles que me conhecem.

Um Bem Hajam e “Quem não luta, já perdeu!”

Ana Paula Fundo Pereira





Da retórica à realidade...



As recentes declarações de Andrius Kubilius, Comissário Europeu para a Defesa e o Espaço, na Conferência «A Europa sob Pressão», que teve lugar na Suécia, deram um novo impulso ao debate sobre o futuro da segurança e da defesa da Europa. O Comissário salientou a necessidade de um esforço europeu muito mais robusto em matéria de defesa, com várias referências a uma força potencial de até 100 000 militares.

Emmanuel Jacob, presidente da EUROMIL, observou que: «É positivo ver a defesa ser discutida abertamente a nível político. Durante muito tempo, o foco esteve quase exclusivamente nos orçamentos e nos equipamentos, enquanto as dimensões estratégicas e humanas mais amplas receberam muito menos atenção.»

As forças armadas da maioria dos países europeus enfrentam desafios comuns: dificuldades de recrutamento e retenção, escassez de competências, aumento do ritmo operacional e expectativas crescentes em relação à prontidão e disponibilidade. Enfrentar esses desafios requer clareza política e compromisso de longo prazo. Ao mesmo tempo, referências a uma força de 100 000 militares levantam questões sobre viabilidade, governança e propósito.

«Os números podem ser úteis para desencadear o debate», comentou Emmanuel Jacob, «mas não devem ser confundidos com soluções. A capacidade de defesa não é criada apenas por números».

Questões fundamentais permanecem em aberto: sob que autoridade política essas forças operariam, como seria assegurada a supervisão democrática e como as responsabilidades nacionais e os quadros jurídicos seriam respeitados? Essas questões não são obstáculos à ambição; são pré-requisitos para torná-la credível e sustentável.

Uma preocupação recorrente nas discussões sobre a defesa europeia é o risco de se ignorar a dimensão humana. Qualquer aumento na ambição traduz-se inevitavelmente em maiores exigências de e sobre o pessoal.

«Se a Europa quer mais prontidão e disponibilidade», salienta Jacob, «também deve estar disposta a investir mais seriamente nas pessoas que servem: nas suas carreiras, condições de trabalho, apoio familiar e sustentabilidade a longo prazo».

Nesta perspectiva, o debate actual oferece uma oportunidade para integrar a política de pessoal no pensamento estratégico de defesa. Questões como o desenvolvimento de carreira em contextos multinacionais, a mobilidade entre sistemas nacionais e o impacto social da prontidão prolongada devem fazer parte da discussão desde o início.

As declarações do Comissário Kubilius devem, portanto, ser vistas menos como propostas definitivas e mais como um convite a um debate mais amplo e maduro sobre o futuro da defesa da Europa. Ambição, realismo e legitimidade democrática terão de andar de mãos dadas.

«O que mais importa», conclui Emmanuel Jacob, «não é a dimensão que uma força pode ter no papel, mas sim se a Europa está preparada para construir uma cooperação em matéria de defesa com bases políticas, jurídicas e sociais sólidas. Esse debate é necessário e há muito esperado».

Promover os direitos sociais dos militares: EUROMIL contra Irlanda



A EUROMIL - Organização Europeia das Associações e Sindicatos Militares, congratula-se com a publicação da decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS) no Recurso Colectivo nº 212/2022 - EUROMIL contra a Irlanda. A queixa foi apresentada em apoio às associações irlandesas membros da EUROMIL, a PDFORRA (Sargentos e Praças) e a RACO (Oficiais).

A decisão agora tornada pública confirma a avaliação exaustiva do Comité sobre o cumprimento pela Irlanda das suas obrigações ao abrigo da Carta Social Europeia Revista no respeitante ao direito dos militares a condições de trabalho e remuneração justas.

Reforço dos direitos sociais do pessoal das forças armadas

A EUROMIL apresentou a queixa após preocupações persistentes de que os membros das Forças Armadas irlandesas não estavam a beneficiar de disposições suficientemente claras e equitativas em matéria de tempo de trabalho e remuneração, especialmente quando eram obrigados, em tempo de paz, a trabalhar horas extraordinárias, a realizar tarefas fora do horário normal ou a trabalhar em feriados públicos. Tais condições não são meras questões técnicas relacionadas com o emprego; afectam directamente o bem-estar, a segurança e a dignidade dos militares.

Invocando os artigos 2º e 4º da Carta Social Europeia — os direitos a condições de trabalho e remuneração justas —, o caso levantou questões fundamentais sobre se o serviço militar, em tempo de paz, deveria implicar um nível de protecção social inferior ao concedido a outros servidores do sector público. O Comité Europeu dos Direitos Sociais declarou a queixa admissível em Janeiro de 2023 e adoptou agora a sua decisão sobre o mérito, concluindo que a Irlanda não cumpriu integralmente as suas obrigações ao abrigo da Carta. A decisão fornece orientações sobre o âmbito das responsabilidades dos Estados para com o pessoal militar e reforça o princípio de que os direitos sociais se aplicam igualmente aos militares.

Demonstrando a eficiência do procedimento de reclamações colectivas

A publicação desta decisão também ilustra a eficiência e a relevância prática do procedimento de reclamações colectivas e do trabalho do Comité Europeu dos Direitos Sociais. Num prazo razoável, uma questão complexa e estrutural que afectava toda uma categoria de servidores públicos foi examinada por um órgão independente de especialistas, resultando em conclusões jurídicas claras, capazes de orientar as necessárias reformas nacionais.

O procedimento permite que organizações representativas abordem deficiências sistémicas sem a necessidade de litígios individuais, oferecendo assim um caminho focado e eficaz para a protecção dos direitos sociais. Para organizações que representam militares, que muitas vezes enfrentam restrições jurídicas e institucionais específicas, este mecanismo é especialmente valioso.

Através da sua jurisprudência consistente e bem fundamentada, o CEDS continua a reforçar o modelo social europeu, traduzindo os princípios da Carta em normas concretas. As suas decisões fornecem orientação aos Estados, incentivam o diálogo construtivo e, em última análise, contribuem para melhores condições de trabalho e de vida para os membros das forças armadas em toda a Europa.

Um sinal europeu que vai para além da Irlanda

Embora esta decisão diga respeito directamente à Irlanda, as suas implicações vão muito além do contexto nacional. As forças armadas em toda a Europa enfrentam crescentes exigências operacionais, desafios de recrutamento e pressões de retenção. Garantir condições de trabalho justas e uma remuneração adequada não é, portanto, apenas uma questão de cumprimento dos compromissos europeus — é um pré-requisito para instituições de defesa resilientes e sustentáveis.

Este é mais um caso que se baseia no compromisso de longa data da EUROMIL com o sistema da Carta para salvaguardar os direitos socioprofissionais do pessoal militar. Passo a passo, tais decisões contribuem para colmatar lacunas de protecção e afirmar que aqueles que dedicam as suas vidas profissionais à segurança da sociedade têm pleno direito aos direitos sociais que a Europa procura defender.

Porém, importa elogiar a PDFORRA e a RACO pelo seu profissionalismo e determinação ao longo deste processo, pois a sua luta e perseverança a nível nacional também contribuíram para este desfecho, podendo agora a EUROMIL colaborar de forma construtiva com as autoridades irlandesas e as partes interessadas relevantes no seguimento necessário.

O respeito pelos direitos sociais dos militares é mais do que um requisito legal. É um reflexo do compromisso da Europa com a equidade, a dignidade e a responsabilidade para com aqueles que servem os seus países como membros das Forças Armadas.

Devemos criar os filhos para o Mundo.

Torná-los autónomos, libertos até de nossas ordens. Especialistas ensinaram-nos a acreditar que só esta postura torna adulto aquele bebé que um dia a mãe levou na barriga.

E a maioria de nós pais acredita e tenta fazer isso.

O que não nos impede de sofrer quando fazemos escolhas diferentes daquelas que gostaríamos que fizessem, ou quando eles próprios sofrem pelas escolhas que recomendámos.

Então, filho é um Ser que nos emprestaram para um curso intensivo de como amar alguém, além de nós mesmos, de como mudar nossos piores defeitos para darmos os melhores exemplos e de aprendermos a ter coragem. Isto mesmo!

Ser pai ou mãe, é o maior acto de coragem que alguém pode ter, porque é expor-se a todo o tipo de dor, principalmente da incerteza de estar agindo correctamente e do medo de perder algo tão amado. Perder? Como?

Então já se esqueceram que os filhos não são nossos? São apenas um empréstimo?

José Saramago

Só temos como nossos os filhos que são infelizes.

Os outros, os que gozam de felicidade, acabam se afastando, em suave dança com a Vida.

Mia Couto



9º Congresso Pan-helénico de Delegados da POMENS



O 9.º Congresso Pan-helénico de Delegados da Federação Pan-helénica dos Sindicatos das Forças Armadas (POMENS), membro da EUROMIL, realizado em Atenas, Grécia, foi mais do que apenas uma outra reunião institucional. Foi um ponto de viragem. Sob o lema central «A voz de todos nós. Uma voz que cresce. Uma voz que não se cala», o Congresso captou a transformação constante do pessoal militar de observadores passivos em intervenientes activos no seu futuro profissional.

Pela primeira vez na história da Federação, o Ministro da Defesa Nacional discursou no Congresso, um acto com claro peso político e simbólico. Ao abrir o congresso, o presidente da POMENS, Ilias Kollyris, definiu-o como «um marco de responsabilidade, prestação de contas e

visão». Foi inequívoco ao enfatizar que a POMENS não foi construída em torno de personalidades, mas em torno de um rumo comum, forjado através da persistência, da unidade e da maturidade institucional.

Agradecendo publicamente aos Membros da Direcção, aos diversos órgãos da Federação e aos seus delegados, Ilias Kollyris deixou claro onde reside a força da Federação: «Vocês são aqueles que tornaram esta Federação dinamicamente presente, não meros espectadores», observou, reforçando uma mensagem que se tornou central para a identidade da POMENS. Como ele enfatizou, a Federação nunca buscou impressões ou percepções, mas sim substância.



Manifestação em Copenhaga no passado 31 de Janeiro



No passado dia 31 de Janeiro, cidadãos dinamarqueses reuniram-se em Copenhaga para a manifestação “No Words”, até onde a vista alcançava e marcharam desde o Monumento aos Caídos da Dinamarca, em Kastellet, até à Embaixada dos EUA.

O CS, sindicato de militares dinamarqueses, membro da EUROMIL, e o seu presidente Jesper Korsgaard Hansen, Sargento do Exército dinamarquês, marcaram presença.

«A Dinamarca tem estado lado a lado com os Estados Unidos. Quando os Estados Unidos chamaram, os militares dinamarqueses responderam “Presente!” nas zonas de conflito do mundo. Pagámos um preço! Perdemos amigos e camaradas, e muitos regressaram a casa com cicatrizes no corpo...e na alma. É por isso que esperamos respeito. As declarações da administração Trump não reconhecem a luta da Dinamarca ao lado dos Estados Unidos. É por isso que o CS apoia a manifestação “No Words”», afirma Jesper Hansen.

A manifestação terminou com um emotivo e significativo período de cinco minutos de silêncio em frente à Embaixada dos EUA, em sinal de respeito por aqueles que pagaram um elevado preço.

«A lealdade deve ser recíproca», afirma o presidente do CS.



O reforço da defesa começa com o apoio àqueles que serviram



N uma altura em que os debates sobre a Defesa, na Europa, e fora dela, são cada vez mais urgentes, as discussões centram-se frequentemente apenas nos orçamentos, nos números de recrutamento ou na estrutura das forças armadas. No entanto, a verdadeira força de quaisquer forças armadas modernas reside nas pessoas que as integram e na forma como as sociedades as apoiam após o serviço militar. O reforço da defesa começa com o apoio àqueles que servem, mas também àqueles que serviram.

No seu artigo convincente para o PoliticsHome, o professor Hugh Milroy, CEO da instituição de caridade britânica Veterans Aid, explora o que identifica como o «elo perdido» na abordagem da crise de defesa da Grã-Bretanha: a ausência de um quadro abrangente e aplicável para o apoio aos veteranos. Com base na sua experiência na linha da frente com veteranos que enfrentam situações de sem-abrigo, problemas de saúde mental e dificuldades financeiras, ele argumenta que, sem cuidados significativos e fiáveis para aqueles que serviram, os esforços para recrutar, reter e manter forças armadas eficazes permanecerão incompletos.

A EUROMIL enaltece o trabalho de Hugh Milroy por esta valiosa contribuição para o debate europeu mais amplo sobre defesa, resiliência e a responsabilidade a longo prazo para com o pessoal militar e os veteranos. A sua análise sublinha uma realidade comum a muitos países: a política relativa aos veteranos não é uma questão secundária, mas sim uma componente essencial de uma defesa credível e sustentável.





Profissões de Segurança de Alto Risco

Associação Militar Espanhola procura o reconhecimento europeu



A EUROMIL destaca os esforços dos camaradas espanhóis da AUGC (Asociación Unificada de Guardias Civiles), em Bruxelas, para promover o reconhecimento das forças de segurança como uma profissão de risco. Com o apoio da EUROMIL, a AUGC e a "Plataforma para uma Reforma Digna e Igualdade Salarial" estão a levar esta importante questão ao nível europeu.

No passado dia 19 de Janeiro, a AUGC, em conjunto com esta plataforma de associações profissionais da Guarda Civil e sindicatos da Polícia Nacional, participaram num evento histórico no Parlamento Europeu. Convidados pela delegação do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) para a apresentação de uma proposta de directiva europeia, fundamental para o reconhecimento oficial das forças de segurança como profissões de alto risco.

Na sua intervenção, a AUGC, pela voz de Germán Gómez, foi categórica: a presença naquele evento tem um objetivo inabalável que vai além das questões laborais, pois estão em causa questões de justiça, dignidade e segurança. Foi transmitido às instituições europeias que ser guarda civil, polícia ou militar significa colocar a própria vida e integridade física em risco para salvaguardar a dos outros. Negar esta realidade no papel, quando estes profissionais a vivem todos os dias, é um absurdo que tem de acabar. Não se está a pedir privilégios. Está-se a exigir o reconhecimento de uma realidade tangível.

Germán Gómez, dirigente da AUGC e membro da Direcção da EUROMIL



A proposta visa acabar com a discriminação existente quando se compara com outras forças e também visa harmonizar os direitos em toda a União. O texto inclui medidas vitais, tais como a classificação legal da profissão como perigosa, o acesso à reforma antecipada sem perda de remuneração (como já está estabelecido em Espanha para os agentes da polícia regional e local), o subsídio de risco, a redução do horário de trabalho e garantias de assistência médica e psicológica imediata, incluindo para as famílias. Estabelece também uma cláusula de não regressão para proteger os direitos já adquiridos.

A AUGC também reconheceu o compromisso da EUROMIL (Organização Europeia de Associações Militares e Sindicatos), da qual a AUGC e a AUME são membros. O seu papel será fundamental, uma vez que realizará um acompanhamento exaustivo e contínuo do processo desta proposta de directiva a partir de Bruxelas, como tem feito em todas as fases dos processos legislativos europeus que podem afectar o pessoal militar, garantindo que a voz dos guardas civis e do pessoal militar seja ouvida.

Exemplo de Camaradagem...

Numa prática que já tem alguns anos, também no final de 2025, a 10 de Dezembro, teve lugar mais um convívio sob a forma de almoço, promovido por um veterano Sargento da Força Aérea.

O Primeiro-Sargento Bento do Ó, na situação de Reforma, muito próximo de ser nonagenário, organizou mais um almoço num espaço de restauração do Bombaral, reunindo pessoal que prestou serviço na esquadra de radares de Montejunto, do sistema de defesa aérea nacional.

Oficiais, Sargentos, Praças e Civis, presentes nestes convívios, partilham memórias e experiências vividas naquela unidade, que tem características muito particulares.

Neste último convívio o alvo da homenagem foi o Sar-



gento-Chefe Sérgio Nicolau, o mais graduado em serviço na Esquadra de Radar nº 3 (sucédanea da Esquadra 11).

Este é um saudável exemplo de camaradagem. Bem-haja o Sargento Bento do Ó!

A Precariedade Moral - A Ferida Invisível



Entre todas as formas de precariedade que podem afectar as Forças Armadas, a mais perigosa é também a menos falada: a precariedade moral. Pode haver falta de meios, carreiras bloqueadas, material obsoleto, efectivos reduzidos, tudo isso é grave. Mas nada é tão corrosivo como a sensação profunda de que aquilo que se entrega ao País não encontra eco na consciência colectiva. A precariedade moral não é uma questão de estatuto; é uma questão de alma. E a alma, quando ferida, demora muito mais tempo a recuperar do que qualquer equipamento.

A precariedade moral nasce da assimetria entre aquilo que se exige e aquilo que se devolve. Exige-se ao militar o máximo: que esteja disponível sempre, que abdique quando necessário, que cumpra sem hesitar, que sirva sem seleccionar, que parta sem perguntar, que regresse sem reclamar. O militar tem de ser forte, estável, disciplinado, resistente, corajoso, íntegro. Mas o que recebe em troca é frequentemente desproporcional ao que entrega. Não apenas em termos materiais, mas sobretudo em termos simbólicos. O pior abandono não é o económico, é o reconhecimento ausente, a percepção de que a sociedade vive tranquila sem pensar na estrutura invisível que sustenta essa tranquilidade.

A precariedade moral manifesta-se em silêncios: o silêncio da falta de gratidão, o silêncio das carreiras que não evoluem, o silêncio dos sacrifícios que não são partilhados, o silêncio das perdas que ninguém comenta. O militar aprende desde cedo que o seu trabalho é discreto. Mas discrição não é invisibilidade. Quando a sociedade deixa de ver os seus militares, deixa também de lhes dar a dignidade interior que alimenta o espírito. A dignidade não é um privilégio; é o oxigénio ético que sustenta o serviço.

Há um desgaste interior que não se mede em horas, mas em significado. Quando o militar percebe que pode dar tudo, e que o País não lhe devolve sequer o essencial, a certeza de que o valor do seu trabalho é compreendido, instala-se um esgotamento que não atinge o corpo, mas a motivação. A precariedade moral é subtil porque raramente se expressa abertamente. É uma dor contida, uma frustração silenciosa, uma perda de brilho que não chama atenção. O militar continua a cumprir, mas cumpre com menos chama. E quando a chama interior se apaga, o serviço transforma-se numa sucessão de tarefas sem alma.

É por isso que a precariedade moral é tão grave: porque destrói aquilo que o militar tem de mais precioso, a certeza íntima de que o seu papel faz diferença. Quando essa certeza se perde, perde-se a base afectiva da vocação militar. E nenhum País está seguro quando os seus militares já não se sentem moralmente ancorados à própria Nação.

A solução não é apenas política: é ética. O País precisa de reencontrar o respeito profundo pelos que o defendem. Não respeito formal ou cerimonial, mas um reconhecimento vivo, permanente, consciente. O militar precisa de perceber que o País vê o seu esforço, reconhece o seu sacrifício, está presente no seu caminho. Precisa de sentir que a sociedade não o considera apenas uma ferramenta, mas parte essencial da sua identidade.

Quando esse reconhecimento renasce, a precariedade moral enfraquece. A chama volta. O espírito ergue-se. A missão torna-se novamente digna. O militar, que nunca deixou de servir, volta a servir com alma. E uma Força Armada com alma é a fundação mais sólida que uma Nação pode aspirar a possuir.

Bento



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Terminado o ano de 2025, entrámos em 2026 com diversas preocupações e muitas tarefas em agenda que obrigam a que os dirigentes da ANS continuem a ver-se confrontados com uma intensa actividade.

Apesar da esmagadora maioria dos actuais dirigentes se encontrar na situação de activo, não deixam de se multiplicar na busca das melhores formas de responder às muitas e diversas solicitações sem, contudo, descuidar as responsabilidades para com a prioridade da missão nos respectivos serviços.

Desta intensa actividade associativa na transição de anos civis, apresentamos alguns dos aspectos mais relevantes:

03DEZ – 10ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social, em Lisboa e via vídeo;

04DEZ – Conferência promovida pela Associação Portuguesa de Juristas Democráticos, na Faculdade de Direito de Lisboa, sob o lema “Afirmar a Paz – 80 anos de Nuremberga”. ANS representada por L.Coelho;



06DEZ – Concerto de Natal das Forças Armadas, promovido pelo CEMGFA, no CCB, em Belém. ANS representada por J.Mata e esposa;

07DEZ – Concerto de Natal pelo Coro Polifónico do CSA, no Museu da Marinha, em Belém. ANS representada por V.M.Alves;

14DEZ – 6ª Reunião, via Zoom, do Secretariado da ANS;

16DEZ – Reunião do Conselho Consultivo (CC) do IASFA, no CAS-Lisboa. ANS representada pelo Vogal do CC C.Colaço;

17DEZ – Reunião, na sede da ANS, entre as APM e o Dr. António Bernardo Colaço. ANS representada por J.Mata e L.Bugalhão;



09JAN – Reunião, via vídeo, do Condomínio do edifício da sede social. ANS representada por J.Mata e J.Pereira;

13JAN – Reunião da CPR-FAP. ANS representada por J.Mata, F.G.Silva, J.Pereira e M.Moita;

13JAN – Sessão Pública promovida pelo CPPC, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão e L.Coelho;

14JAN – 11ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social, em Lisboa e via vídeo;

20JAN – Cerimónia alusiva aos 50 anos da publicação da Lei 43/76, na sede da ADFA, em Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;

21JAN – Reunião na sede social da ANS com Dr. Joaquim Soares e doutoranda sobre a respectiva tese de doutoramento. ANS representada por J.Mata, F.G.Silva e L.Bugalhão;

23JAN – Início das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. ANS representada por J.Mata, M.Moita e F.Rolo;

24JAN – Conferência e Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANSG. ANS representada por L.Bugalhão;

24JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Praia da Vitória, Terceira, Açores. ANS representada por J.Mata, M.Moita e H.Pinheira;

28JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Beja. Delegação da ANS composta por J.Galvão e V.M.Alves;

29JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Lamego/Vila Real. Delegação da ANS composta por A.Assunção e F.L.Silva;

29JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Chaves. ANS representada por J.Torres e J.P.Leitão;

30JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Évora. Delegação da ANS composta por J.Galvão e V.M.Alves;

30JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Castelo Branco. ANS representada por J.Galvão e V.M.Alves;

31JAN – Comemorações Centrais do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Alferrarede, Abrantes. ANS representada por L.Coelho;

31JAN – Cerimónia promovida pela Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto. ANS representada por A.Assunção, H.Costa, J.P.Leitão e F.L.Silva;

31JAN – Conferência/Debate promovida pela Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro no Ateneu Comercial do Porto. ANS representada por A.Assunção e F.L.Silva;

01FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Tavira. Delegação da ANS composta por F.G.Silva, A.Coelho e V.M.Alves;

01FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Foia/Monchique. ANS representada por F.G.Silva, A.Coelho e V.M.Alves;

02FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Leça da Palmeira, Porto. ANS representada por A.Assunção, J.Torres, H.Costa, L.Bugalhão, J.P.Leitão, F.L.Silva e R.Santos;

03FEV – Almoço comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na BA-1, em Sintra. ANS representada por F.G.Silva;

03FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Queluz/Amadora. ANS representada por C.Colaço, J.Galvão e V.M.Alves;

03FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Viseu. Delegação da ANS composta por J.P.Leitão e R.Santos;

03FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Coimbra. ANS representada por H.Costa, L.Bugalhão e F.L.Silva;

04FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Entroncamento. Delegação da ANS composta por J.Pereira, L.Bugalhão e V.M.Alves;

05FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Aveiro. ANS representada por A.Assunção e F.L.Silva;

07FEV – Almoço comemorativo do “31 de Janeiro – Dia

Nacional do Sargento” na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por J.Galvão e V.M.Alves;



07FEV – Encerramento das comemorações, em 2026, do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Funchal, Madeira. ANS representada por J.Mata e J.Mendes;

10FEV – 12ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social, em Lisboa e via vídeo;

12FEV – Reunião, via vídeo, entre as APM. ANS representada por J.Mata, R.Graça, J.Pereira e L.Bugalhão;

18FEV – Reunião com Sargentos do Exército, na sede social. ANS representada por J.Galvão, V.M.Alves e L.Coelho;

20FEV – Reunião, na sede do Clube Militar Naval, em Lisboa, preparatória do almoço comemorativo dos 52 anos do 25 de Abril. ANS representada por J.Mata;

21FEV – Romagem, promovida pela URAP, junto do mausoléu memorial das vítimas do Campo de Concentração do Tarrafal, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



22FEV – Sessão Solene comemorativa do 51º aniversário do CSA, na sua sede social, em Lisboa. ANS representada por R.Graça;

26FEV – Convite do GP-PCP para a apresentação de projecto de lei na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por J.Mata, J.Pereira, A.Coelho, L.Bugalhão, V.M.Alves, J.Galvão e L.Coelho.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento” estão em preparação reuniões com as demais APM, com estruturas representativas das forças de segurança, bem como diversas iniciativas no âmbito da actividade associativa, como audiências com entidades institucionais, para encontrar formas de responder aos anseios e solicitações dos Sargentos. Estão ainda em perspectiva e preparação as comemorações 37º aniversário da ANS e 35º deste nosso jornal.

Destas actividades e iniciativas daremos conta na próxima edição.



Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas

se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obtêres mais informações, consulta a nossa página Web em

www.ans.pt

ou no Facebook em

www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

- RIVA OFFICE
- MORAIS & ASSOCIADOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES

- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA
- AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED

- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT

Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de "Cidadãos em Uniforme", e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o "espartilho" criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!



**"Associa-te!
Vem dar mais força
à força dos Sargentos
de Portugal"!**